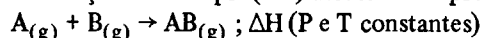


Ernesto Giesbrecht, Geraldo Vicentini e Madeleine Perrier, Editora Universidade de Brasília, ed. preliminar (1964) (A edição americana é de 1961).

¹⁰ A variação de entalpia (ΔH) associada ao processo



em que há a formação de uma ligação química recebe genericamente o nome de "entalpia de ligação". Às vezes, por força de velhos hábitos, encontramos a expressão "energia de ligação" significando a mesma coisa. Usa-se também definir a entalpia de ligação utilizando-se o processo contrário, ou seja, de quebra da ligação e a diferença é apenas no sinal do valor de ΔH (no caso de formação $\Delta H < 0$ e de quebra $\Delta H > 0$).

¹¹ V. Gutmann, "The Donor-Acceptor Approach to Molecular Interactions", Plenum Press, N. York (1978).

¹² O. Hassel and J. Hroslev, Acta. Chem. Scand., 8, 873 (1954).

¹³ O. Hassel, Acta. Chem. Scand., 19, 2259 (1965).

¹⁴ G. Y. Chao and J. D. McCullough, Acta. Cryst., 13, 727 (1960).

¹⁵ C. Rømming, Acta. Chem. Scand., 14, 2145 (1960).

¹⁶ L. Battelle, C. Knobler and J. D. McCullough, Inorg. Chem., 6, 958 (1967).

¹⁷ H. Hope and J. D. McCullough, Acta Cryst., 17, 712 (1964).

¹⁸ H. Maddox and J. D. McCullough, Inorg. Chem., 5, 522 (1966).

¹⁹ G. Y. Chao and J. D. McCullough, Acta. Cryst., 14, 940 (1961).

²⁰ G. Y. Chao and J. D. McCullough, Acta, Cryst., 15, 887 (1962).

²¹ G. D. Christofferson and J. D. McCullough, Acta. Cryst., 11, 249 (1958).

²² M. C. Ball and A. H. Norbury, "Physical Data for Inorganic Chemists", Longman, London (1974).

²³ O. Hassel and J. Hroslev, Acta. Chem. Scand., 8, 1953, (1954).

²⁴ P. Groth and O. Hassel, Acta. Chem. Scand., 18, 1327 (1964).

²⁵ C-I. Brändén, Acta. Chem. Scand., 17, 1363 (1963).

²⁶ W. R. Costello, A. T. McPhail and G. A. Sim, J. Chem. Soc. (A), 1190 (1966).

²⁷ R. S. McEwen and G. A. Sim, J. Chem. Soc. A, 271 (1967).

CARTAS DO EDITOR

O II PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA E CIENTÍFICA NAS DECISÕES DE SUA COMPETÊNCIA

Gouvan C. de Magalhães

Professor do Departamento de Química da Universidade Federal do Ceará.

(Recebido em 07/02/83)

O II Plano Nacional de Pós-Graduação aprovado pelo Decreto nº 87.814, de 16/11/82, reconhece a necessidade de consultar a comunidade científica nas tomadas de decisões referentes à pós-graduação no país. Existe mesmo uma profusão de afirmações nesse sentido:

"O julgamento crítico da qualidade dos cursos de pós-graduação, em termos de produção intelectual e formação de recursos humanos, por parte dos profissionais qualificados de cada especialidade, ainda é prática pouco institucionalizada na comunidade acadêmica, embora seja utilizada crescentemente pelos órgãos governamentais que atuam na área, sob forma de comitês assessores, consultores científicos e reuniões de avaliação. Seu êxito depende: da existência de uma massa crítica mínima em cada especialidade; do fortalecimento da identidade profissional expressa, na maioria das áreas, pela presença de associações científicas atuantes e pela publicação regular de periódicos especializados, dirigidos por corpos editoriais de reconheci-

do prestígio; do acesso da comunidade científica aos mecanismos de decisão, responsáveis pela estrutura e o funcionamento dos centros de pesquisa e de pós-graduação."

... "A ênfase na qualidade dependerá, na sua operacionalização, e do aumento gradativo da eficiência e confiabilidade dos sistemas de informação e avaliação quanto ao desempenho dos programas de pós-graduação; do estabelecimento de critérios e de mecanismos de avaliação conhecidos e aceitos como legítimos pela comunidade; e do comprometimento com os resultados, na hora da utilização dos instrumentos de ação de que dispõem as agências de fomento. Para a consolidação e a melhoria dos sistemas de informação e avaliação, é fundamental a participação direta e ativa da comunidade acadêmica e científica em geral e das universidades e centros de pós-graduação em particular.

Outro problema a receber especial atenção é o da adequação do sistema às necessidades reais e futuras do

País, seja para a produção científica e acadêmica, seja para o aumento de sua capacidade tecnológica e produtiva. Trata-se de compatibilizar pós-graduação e pesquisa com as prioridades nacionais e com a natureza das matérias de formação básica que a precedem na universidade.

Esta compatibilização não pode deixar de considerar os interesses da comunidade acadêmico-científica e a multiplicidade de funções da pós-graduação, que transcendem em muito a demanda imediata de mão-de-obra altamente qualificada.

...“No plano específico das diferentes áreas do conhecimento científico e dentro de uma política de apoio global, compete aos órgãos governamentais atribuir um peso relativo às especialidades e modalidades de pesquisa, de acordo com: 1) o seu posicionamento no processo de avanço do conhecimento científico e tecnológico; 2) a importância estratégica que determinadas especialidades têm em função do atual estágio de desenvolvimento do País; 3) a visão da própria comunidade científica. Para a fixação destes três itens, deverão ser utilizados diagnósticos de área, elaborados por cientistas e pesquisadores em reuniões setoriais de avaliação.

No que diz respeito à questão da qualidade, é prioritário o aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação da pós-graduação. A mensuração de qualidade é complexa e não conta com nenhum processo isento de controvérsia. Torna-se assim, indispensável contar com a participação ativa da comunidade e de todos os componentes do sistema. *Instrumento relevante neste processo será a ampla utilização de consultores científicos para cada especialidade cujos pareceres, bem como os critérios utilizados, serão sistematicamente levados ao conhecimento dos programas avaliados.*”

*“... Às agências governamentais caberá utilizar os sistemas de informação e avaliação como principais instrumentos de apoio técnico para a realização deste Plano. A institucionalização de mecanismos de consulta e participação da comunidade é considerada prioritária por ser essencial para o êxito do esforço de coordenação na área.”**

* Os grifos são do autor.

Tudo isso, não passa, no entanto, de boas intenções, pois está longe a distância entre o dito e o feito. As decisões são tomadas nas agências governamentais de maneira autoritária (de cima para baixo). A comunidade é quase sempre tomada de surpresa; veja-se, por exemplo: o acordo nuclear, o redimensionamento de funções CNPq/FINEP, os projetos para o desenvolvimento da ciência que estão sendo elaborados para pedidos de empréstimo ao BIRD, a nova reforma universitária em andamento, etc. A comunidade científica e acadêmica têm sabido dos fatos consumados — nos quais o governo reconhece sua competência e direito de opinar — pelos jornais ou através de confidências de tecnocratas.

De um modo geral, as agências financiadoras de C&T e pós-graduação recorrem a comitês de assessores ou de consultores “ad hoc”, mas de uma maneira paternalista. Esses comitês são constituídos por especialistas “pescados” na comunidade, muitas vezes de reconhecido valor, mas sem ter passado por um processo de legitimação. E, em geral, são chamados a opinar sobre fatos secundários. Os comitês, mesmo assim, não têm controle sobre a execução de suas decisões, e muito menos sobre umas tantas outras ainda menos legítimas (às vezes meramente paternalistas) tomadas pelas agências.

Uma das vertentes de tal procedimento pode ter origem em muitos governos autoritários, em heranças de um país agrário, em épocas onde as repartições públicas eram sinecuras, quando se costumava cooptar bacharéis.

A política universitária e científica, como bem diz o II Plano Nacional de Pós-Graduação, deve-se orientar a partir da opinião técnica da comunidade, e isto naturalmente só poderá ser feito através de procedimentos democráticos. Concordamos plenamente em que as associações científicas têm maior representatividade do que comitês “pescados” ou estratificados através de interesses estranhos à comunidade. Também deveriam ser ouvidas as associações científicas e, porque não, a comunidade científica como um todo, através de eleições como fazem, por exemplo, a Itália e a França?

Parece que ultimamente a sociedade e o governo estão convencidos de que procedimentos democráticos levam a decisões mais sábias. Isto deve ser verdade principalmente em uma comunidade universitária, e, mais ainda, em uma comunidade intelectualmente privilegiada, como a científica. Portanto, no meio científico e universitário não há porque fugir de processos eletivos na procura da legitimidade e, por consequência, de decisões mais corretas e eficazes para a nação.